



MPPR
Ministério Público do Paraná

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LONDRINA

Processo 0008406-56.2020.8.16.0044

Meritíssimo Juiz:

1. Trata-se de ação falimentar movida por *Lake Securitizadora S.A.* em desfavor de *Aliança Indústria Química Ltda.*, com base em instrumento particular de confissão de dívida no valor de R\$ 158.350,50 em 15/7/2020 (seq. 1).

A ré foi citada (seq. 109) e não contestou o pedido, sendo decretada a falência em 23/8/2022 (seq. 118).

O representante legal da falida foi intimado para cumprir as obrigações previstas no art. 104 da LFR (seq. 155). O barracão onde ela exercia as atividades foi lacrado (seq. 161).

A *Administradora Judicial* solicitou a realização de diligências visando à apuração do ativo e do passivo (seqs. 176, 247 e 309), que foram deferidas (seq. 180 e 252).

Publicou-se a primeira relação de credores em edital (seqs. 206 e 215)

A *Administradora Judicial* noticiou a insuficiência de bens que possam compor o ativo para custear as despesas do processo (seq. 331).

Publicou-se edital convocando eventuais interessados no prosseguimento do feito a arcar com as despesas respectivas (seqs. 358/360), e não houve manifestação.

A *Administradora Judicial* apresentou seu relatório final (seq. 400).

O *Município de Apucarana* solicitou esclarecimentos quanto ao descarte dos produtos químicos armazenados no imóvel que era utilizado pela falida (seq. 441). A *Administradora Judicial* se manifestou a respeito (seq. 417) e o Juízo ordenou a intimação da *Caixa Econômica Federal* (seq. 422), tendo a empresa pública deixado de se pronunciar.

O processo foi redistribuído da 2ª Vara Cível de Apucarana para esta 11ª Vara Cível e Empresarial de Londrina (seq. 429).

É o relatório.

2. Após inúmeras diligências junto a cartórios, *Renajud*, *Sisbajud* e outras consultas empreendidas pela *Administradora Judicial* e pelo Juízo, verificou-se a ausência de bens passíveis de arrecadação para a liquidação do passivo falimentar. Como esclarecido no relatório final, o ativo se resume ao valor aproximado de R\$ 28.888,67, oriundo do saldo existente de duas ações de execução das quais a falida era parte, que corresponde a cerca de 0,26% do total de dívidas da massa falida (seq. 400, item III, p. 6).



Houve a convocação dos credores para, na hipótese de interesse no prosseguimento do feito, custear as despesas do processo, mediante publicação em edital. Porém, nenhum deles se voluntariou nesse sentido.

Nesse contexto, não havendo recursos sequer para custear as despesas do processo, tampouco o interesse de credores no prosseguimento do feito, a solução que se impõe é o encerramento da falência, evitando-se a continuidade de procedimento inócuo, que não possui utilidade alguma para os credores e sobrecarrega o *Poder Judiciário* (LFR, art. 114-A, *caput* e § 3º).

3. Considerando que as despesas do processo de falência compreendem não apenas as custas processuais (R\$ 1.359,09 – seq. 395), como também, a remuneração do *Administrador Judicial*, o saldo remanescente após o pagamento das custas, equivalente a cerca de R\$ 27.500,00, deverá ser integralmente empregado no pagamento da remuneração do sobredito auxiliar do juízo. Isto porque, embora a Lei 11.101/2005 tenha fixado um teto de 5% do valor de venda dos bens na falência para a remuneração dos Administradores Judiciais (art. 24), há que se considerar um valor mínimo¹ para a custear o trabalho do auxiliar nas hipóteses em que não se arrecadou quantia razoável para compor o ativo da massa falida, como no caso em tela, sendo a quantia de aproximadamente R\$ 27.500,00 razoável para remunerar os serviços prestados neste feito. No mesmo sentido:

Apelação – Falência – Sentença de encerramento por insuficiência de bens arrecadados – Apelo da falida – Atuação diligente da Administradora Judicial para arrecadação de bens da massa falida – Bens móveis arrecadados e alienados (...) – Ausência de credores para arcar com as despesas e remuneração da Administradora Judicial – Incidência no caso concreto do art. 114-A, da lei 11.101/05 – Precedentes jurisprudenciais – Remuneração da Administradora Judicial devida – Ausência da figura de administrador dativo – Crédito extraconcursal – Inteligência dos arts. 24, §5º e 84, I-D, da lei 11.101/05 – Aceitação no recebimento de valor inferior ao mínimo devido – Ausência de desproporcionalidade na medida – Sentença de encerramento mantida – Recurso improvido. (TJSP, AC 1007798-05.2020.8.26.0451, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Rel. Jane Franco Martins, DJ 11/09/2023).

DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA – FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – DEPÓSITO JUDICIAL QUE DEVE SER FEITO PELOS CREDITORES, AUTORES DO PEDIDO DE FALÊNCIA – CABIMENTO – Apesar de o art. 25 da Lei 11.101/2005 estabelecer que caberá ao devedor ou à massa falida arcar com o pagamento dos honorários do administrador judicial, é preciso ressaltar que, quando houver risco de inexistência de ativos, nada obsta a que o juízo exija garantia mínima a que o Administrador Judicial receba alguma remuneração pelo seu trabalho - Credor que deve adiantar a remuneração dos honorários do administrador judicial, sem prejuízo de, posteriormente, se voltar contra a massa falida para se ressarcir de tal valor, como crédito extraconcursal (art. 84, II, da Lei 11.101/2005) – Precedentes das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial desse e. Tribunal de Justiça – Valor razoável – Encargo que não pode ser custeado pelo Estado, vez que não albergado no rol das despesas prevista no art. 98, § 1º do CPC - Decisão mantida – RECURSO CONHECIDO EM PARTE, E NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO. (TJSP, AI 2184739-79.2020.8.26.0000, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Rel. Sérgio Shimura, DJ 28/05/2021).

Com todo respeito, entendimento em sentido diverso, fixando-se os honorários do *Administrador Judicial* em até 5% do valor depositado em Juízo (cerca de R\$ 1.444,00) independentemente do estabelecimento de um valor mínimo para tanto, resultaria em evidente desproporção entre a remuneração e os serviços prestados, inclusive estimulando a não aceitação do encargo em outros processos falimentares.

4. Destaca-se que é desnecessária a prestação de contas pelo *Administrador Judicial* (LFR, arts. 154 e 155), na medida em que não houve a arrecadação de bens, e todas as diligências realizadas na busca de ativos já foram relacionadas no processo.



5. Cumpre ressaltar que o encerramento do processo falimentar pela constatação da ausência de bens arrecadáveis e desinteresse de eventuais credores no prosseguimento do feito resulta na extinção das obrigações da falida (LFR, art. 158, VI), à exceção dos créditos tributários e da responsabilidade de eventuais coobrigados, como já se decidiu:

FALÊNCIA. ENCERRAMENTO. EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES. INEXISTÊNCIA DE BENS E DE MANIFESTAÇÃO DOS CREDITORES. ABRANGÊNCIA. CABIMENTO. EXCLUSÃO, PORÉM, DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E COOBRIGADOS. Insurgência da falida contra decisão de encerramento da falência. Pretensão à extinção das obrigações. Acolhimento. 1. EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES. Com o encerramento da falência cabe a extinção das obrigações da falida, em razão da inexistência de bens e de manifestação dos credores para custearem as despesas da falência e os honorários do administrador (artigo 114-A, caput e parágrafo 1º, c/c art. 158, VI da Lei 11.101/2005). 2. ABRANGÊNCIA. Extinção, porém, que não abrange obrigações tributárias. Matéria que não pode ser tratada em lei ordinária, exigindo lei complementar. Também não abrange coobrigados. Sentença reformada em parte. Lei 11.101/2005 que expressamente afasta do regime falimentar sócios de responsabilidade limitada e coobrigados (art. 115). RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJSP, AC 1027832-16.2021.8.26.0564, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Rel. Carlos Alberto de Salles, DJ 28/11/2024).

6. Encerrada a falência por sentença, é de se ordenar a intimação das *Fazendas Públicas* e a baixa do CNPJ da falida (LFR, art. 156, *caput*), além da exoneração da *Administradora Judicial* do encargo para o qual foi nomeada e da autorização de levantamento do numerário depositado na conta judicial após a quitação das custas processuais pendentes.

7. Quanto ao conjunto de bens sem valor econômico que permanecem armazenados no imóvel que era utilizado pela falida (documentos e produtos químicos e alimentícios), já foi ordenado ao *Município de Apucarana* que providencie o seu descarte e busque o ressarcimento das despesas respectivas junto à *Caixa Econômica Federal*, atual proprietária do imóvel (seqs. 343 e 422), e não houve a interposição de recursos contra tais decisões, restando a matéria preclusa.

Contudo, por cautela, é prudente que se comunique o fato por ofício endereçado à 2ª *Promotoria de Justiça de Apucarana*², que possui a atribuição de proteção ao meio ambiente, para as providências que entender cabíveis, uma vez que os produtos armazenados e ainda não descartados podem em tese ensejar dano ambiental, e o seu abandono pelos administradores da falida pode caracterizar crime ambiental (Lei 9.605/1998, art. 56, § 1º, I)³.

8. No mais, não tendo o sócio *Odair Antonio Cavallari* cumprido os deveres que lhe são impostos no art. 104 da LFR, apesar de pessoalmente intimado para tanto (seq. 155), o fato deve ser comunicado por ofício endereçado à 1ª *Promotoria de Justiça de Apucarana*⁴, que possui atribuições perante o Juizado Especial Criminal, instruído com cópia do processo em mídia PDF, em razão da possível caracterização do crime de desobediência (LFR, art. 104, parágrafo único).

9. Ante ao exposto, o *Ministério Público* se pronuncia:

a) Pelo encerramento da falência, publicando-se a respectiva sentença em edital (LFR, art. 156, *caput* e parágrafo único);

b) Pela fixação da remuneração da *Administradora Judicial* nos termos acima expostos, a ser quitada com o saldo das contas judiciais após o pagamento das custas processuais; e



c) Pela expedição dos ofícios acima mencionados às *Promotorias de Justiça de Apucarana*.

Londrina, assinado e datado digitalmente.

Ricardo Benvenhu
Promotor de Justiça

¹ "(...) *um ou mais credores poderão requerer o prosseguimento da falência, desde que paguem a caução, entendida como uma quantia necessária às despesas e aos honorários do administrador judicial de forma mínima para efetuar as diligências. Referido valor deverá ser fixado pelo Juízo diante das circunstâncias*" (SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. SaraivaJur, Art. 114-A, p. 514. Grifou-se).

² E-mail: apucarana.2prom@mppr.mp.br

³ Art. 56. Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou nos seus regulamentos:

Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – abandona os produtos ou substâncias referidos no caput ou os utiliza em desacordo com as normas ambientais ou de segurança;

⁴ E-mail: apucarana.1prom@mppr.mp.br

